



A PROVA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

ARTIGO DE REVISÃO

VIEIRA, Jéssica Oliveira do Nascimento¹

VIEIRA, Jéssica Oliveira do Nascimento. **A prova como instrumento de avaliação da aprendizagem.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 10, Vol. 02, pp. 112-125. Outubro de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/instrumento-de-avaliacao>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/instrumento-de-avaliacao

RESUMO

O processo de avaliação escolar é realizado, principalmente, por meio da aplicação de provas com o objetivo de verificar o nível de conhecimento dos alunos para classificá-lo entre aprovado ou reprovado, o que levanta discussões se esta forma cumpre com as funções que a avaliação deve cumprir. Neste sentido, o presente artigo partiu da seguinte questão norteadora: Considerando as funções que a avaliação escolar deve cumprir, como a prova deve ser utilizada enquanto instrumento avaliativo? Sendo assim, o objetivo geral foi o de refletir sobre o processo de avaliação escolar, a fim de entender qual o papel das provas enquanto instrumento para avaliar o rendimento dos alunos. A metodologia utilizada neste estudo foi a revisão de literatura, de abordagem qualitativa, com levantamento de autores por meio das plataformas de publicações científicas Google Acadêmico e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), além das observações diárias da pesquisadora em sua atuação como professora do ensino fundamental. Em relação aos resultados, observou-se que a avaliação escolar deve cumprir com funções que vão além da classificação por meio de provas, mas também, precisa servir como elemento diagnóstico para a atuação docente, fornecendo-lhe um *feedback* de suas ações, a fim de potencializar o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a classificação quantitativa por meio das provas pode não ser o suficiente para demonstrar o real nível de rendimento do aluno, sendo necessário verificar outros aspectos que não são abrangidos por meio desse instrumento. Assim, conclui-se que a prova, embora seja uma importante ferramenta de avaliação, deve ser integrada a outras medidas



avaliativas, de maneira promover uma visão globalizada e efetiva do processo de ensino, a fim de trazer melhoria para a prática docente e para o conhecimento dos alunos.

Palavras-chave: Avaliação, Aprendizagem, Exame, Prova, Diagnóstico.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação escolar, a muito tempo, se apoia em um sistema de testes escritos que visam mensurar o nível de aprendizagem do educando, considerando apenas o quanto este foi capaz de absorver o conteúdo e replicá-lo. Neste sentido, é necessário refletir se essa é a melhor maneira de atribuir valor a aprendizagem do educando, uma vez que a prova testa apenas o aspecto quantitativo do saber do aluno, deixando de lado o âmbito qualitativo do seu nível de aprendizagem e desconsiderando as singularidades e a realidade no contexto escolar.

De acordo com Luckesi (2011), é preciso “aprender a avaliar”, já que a abordagem tradicional de mensuração do conhecimento mais examina do que avalia, trazendo prejuízos para o processo de ensino-aprendizagem. O autor ainda ressalta a necessidade de encarar e utilizar a prova como um dos instrumentos de avaliação auxiliar e parcial, no sentido de ajudar a diagnosticar o estágio de aprendizagem do aluno, e não como um mero exame e instrumento arbitrário e de medo. Neste sentido, o presente artigo parte do seguinte problema de pesquisa: Considerando as funções que a avaliação escolar deve cumprir, como a prova deve ser utilizada enquanto instrumento avaliativo?

Justifica-se esse tema de pesquisa dada a necessidade de que práticas ensino sejam constantemente repensadas, aperfeiçoadas ou até mesmo desconstruídas, neste caso, especificamente, em torno do tema avaliação. É preciso compreender que avaliar vai muito além de examinar, de medir, atribuir pontos, mas também, atribuir valor qualitativo, dar ênfase no aproveitamento, no desempenho, no diagnóstico do processo de construção do conhecimento pelo aluno como um



todo, além de proporcionar ao educador a oportunidade de avaliar o seu próprio trabalho.

Para isso, Luckesi (2011) argumenta que é imprescindível que os educadores estejam abertos para essa prática, visando o objetivo maior que é o desenvolvimento dos alunos, não considerando apenas suas dificuldades, fragilidades, mas também estimulando as suas potencialidades. Assim, este trabalho pretende contribuir para que consigamos continuar caminhando em direção a uma educação melhor, que valorize e inclua o aluno, que vise à democratização do ensino, a valorização e a formação do professor, rumo a uma educação de mais qualidade.

Neste sentido, o objetivo geral da presente pesquisa é o de refletir sobre o processo de avaliação escolar, a fim de entender qual o papel das provas enquanto instrumento para avaliar o rendimento dos alunos. Os objetivos específicos são: apresentar o contexto histórico e as concepções de avaliação; discorrer sobre como vem ocorrendo o processo de avaliação no contexto escolar; e, refletir sobre a utilização da prova como instrumento avaliativo, considerando os objetivos que a avaliação deve cumprir.

A metodologia utilizada neste estudo é a revisão de literatura, de abordagem qualitativa, utilizando-se de autores que tratam sobre o tema em questão. O levantamento de autores se deu por meio das plataformas de publicações científicas Google Acadêmico e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*). Além disso, a pesquisa também se baseou nas observações diárias da pesquisadora em sua atuação como professora do ensino fundamental.

2. AVALIAÇÃO ESCOLAR E APRENDIZAGEM

O processo de aprendizagem nos mais diferentes níveis da educação conta basicamente com provas como elemento único para avaliação do conhecimento



do aluno sobre o conteúdo lecionado. Todavia, existem discussões sobre a real função da avaliação e se o método tradicional utilizado para a realizar atende às necessidades dos alunos e professores, pensando na melhoria das ações educativas. Assim, o presente tópico busca discorrer sobre a função da avaliação na educação e se apenas a aplicação das tradicionais provas é suficiente para cumprir com seus objetivos.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO

A avaliação é um termo relativamente recente, diferentemente da história dos exames escolares que, segundo Luckesi (2011), foram sistematizados no decorrer dos séculos XVI e XVII, junto com a emergência da modernidade. Os exames escolares como conhecemos hoje é uma herança jesuítica e que, embora tenha passado por algumas mudanças ao longo dos séculos, elas foram superficiais e se consolidaram como método de avaliação ao longo do tempo, fazendo com que a prática tradicional do exame continuasse a se naturalizar no processo de acompanhamento da aprendizagem dos educandos.

A proposta de avaliação da aprendizagem escolar surge com alguns teóricos, como Ralph Tyler, a partir de 1930, dada a necessidade de se ter um cuidado necessário com a aprendizagem dos educandos, a partir de um olhar mais sensível e que abrangesse outras competências que não eram mensuradas a partir dos exames, a fim de promover uma prática pedagógica mais eficiente nesse sentido. As ideias apresentadas por Tyler sobre avaliação nas décadas de 1920 e 1930 não ganharam a devida relevância à época, contudo, essa discussão ressurge em estudos de diversos autores, no final do século XX (LUCKESI, 2011).

No Brasil, começou-se a se falar em avaliação da aprendizagem no final da década de 1960 e início de 1970. Em 1971, com a redefinição do sistema de ensino no país, pela Lei nº 5.692/71, a expressão "exames escolares" foi substituída pela expressão "aferição do aproveitamento escolar". Entretanto, foi



somente com a LDB de 1996 que a expressão “avaliação da aprendizagem” foi adotada, atualmente assimilada na legislação (BRASIL, 1971; 1996).

Apesar dessa mudança na legislação da educação, a sua prática escolar ainda está distante de ser atingida de fato, pois, o que é predominantemente praticado nas escolas são as ações de examinar, verificar e resumir a avaliação em atribuição de pontos, algo que se denomina “pedagogia do exame”.

No que diz respeito às concepções de avaliação, estas resultam de diversas discussões teóricas de autores engajados no tema. Luckesi (2011) define a avaliação como um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão, ou seja, é um instrumento de investigação do estado do objeto avaliado, colaborando para se tomar decisões sobre o mesmo. No âmbito educacional, é possível definir a avaliação como:

[...] um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático (SANTANA, 2014, p. 31).

De acordo com Malheiros e Amaral (2013), a avaliação ainda pode ocorrer de diferentes maneiras, como a avaliação diagnóstica, formativa, de controle ou de classificação, com cada qual se enquadrando melhor em um determinado momento do processo de ensino. O autor reforça ainda que a avaliação da aprendizagem do aluno é contínua, podendo acontecer antes, durante ou depois do processo de ensino. Desta forma, pode-se dizer então que a:

[...] a avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes (LIBÂNEO, 2013 p. 217).



Sobre o assunto, Menegolla e Santana (2014) defendem que a avaliação é um momento do ensino muito importante para o professor, para a escola e ainda mais para o aluno, pois possibilita conhecer a realidade e as necessidades dos alunos para poder intervir pedagogicamente e, ao aluno, conhecer a sua situação. Desta maneira, os autores salientam que a avaliação não deve possuir simplesmente o objetivo de tentar quantificar o conhecimento, utilizando-se de provas ou testes para atribuir notas ou conceitos, mas também deve possibilitar que o aluno conheça melhor a sua situação.

Em muitas salas de aulas, é possível observar que a avaliação é tratada como um produto final, uma espécie de ritual com o momento exato de início e término, delimitado por meio do período de provas escolares em que os alunos têm o seu desempenho aferido. Se o aluno demonstra não dominar determinados conteúdos, comumente recebe uma nota baixa e posteriormente, segue-se o fluxo, sem a retomada dos mesmos para a correção das deficiências, que podem ocorrer por diversos motivos, como, por exemplo falta de motivação dos alunos, tempo curto para a conclusão dos materiais didáticos previstos no planejamento inicial, contribuindo para uma sequência de deficiências que se arrastam ao longo do processo educativo. Corroborando com essa visão, Moretto (2014, p. 52-53) afirma que:

Avaliar a aprendizagem é um processo que deve manter coerência com o processo da “ensinagem”, ou seja, o professor avalia o que o aluno aprende para poder criar novas e melhores condições para novas aprendizagens. Em outras palavras, a avaliação não é um produto final, fechado e acabado. Ela é um momento privilegiado em que o professor recolhe dados para sua reflexão-na-ação com vistas a redirecionar seu processo de ensino (MORETTO, 2014 p. 52-53).

Paulo Freire (1996) traz uma observação interessante em sua obra “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa”, abordando sobre a necessidade de implementar uma avaliação inclusiva. Para o autor, dada suas



especificidades, o aluno aprende de maneira diferente, logo, com base nessa concepção, percebe-se a importância do professor ter a sensibilidade de considerar as vicissitudes em relação ao contexto de vida do aluno no momento de avaliar:

A avaliação é a medição entre o ensino do professor e as aprendizagens do professor e do aluno, é o fio da comunicação entre as formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os alunos aprendem diferentemente porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar, então, é também buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...) é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender (FREIRE, 1996; MALHEIROS; AMARAL, 2013, p. 219).

Desta maneira, observa-se que a avaliação escolar vai além da simples mensuração da capacidade de retenção de informações, mas também deve considerar aspectos sociais e individuais, visando promover as potencialidades do aluno. Em outras palavras, a avaliação é um instrumento que deve colaborar para trazer melhorias no processo de ensino-aprendizagem, permitindo observar quais os pontos de maior dificuldade para a compreensão do conteúdo e como superá-los para que haja uma melhor visão global no aprendizado. Neste sentido, faz-se necessário entender como a avaliação é realizada nas escolas brasileiras.

2.2 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR: FUNÇÃO E CONTEXTO ATUAL

No contexto escolar atual, é possível observar o predomínio da aplicação de um exame, também chamadas de provas, para avaliar a aprendizagem, um modelo que visa a mera verificação do rendimento escolar dos alunos. Muitos autores consideram essa forma de avaliação como estática, mais limitada e superficial, deixando de lado as funções de investigação, diagnóstico e inclusão nos processos de ensino-aprendizagem, fundamentais para a reorientação das



tomadas de decisões necessárias pelo educador para a melhoria da qualidade da educação dos alunos. Assim, entra-se em uma discussão sobre o que é realmente praticado nas escolas, se é uma verificação ou avaliação:

Para distinguir essas duas condutas – examinar/verificar ou avaliar na escola -, basta lembrar sucintamente que o ato de examinar se caracteriza, especialmente (ainda que tenha outras características) pela classificação e seletividade do educando, enquanto que o ato de avaliar se caracteriza pelo seu diagnóstico e pela inclusão (LUCKESI, 2011, p. 29).

Neste sentido, pode-se dizer que o que se deve aplicar na prática docente é a avaliação, pois permite uma observação mais abrangente das situações didáticas e do contexto ao qual o aluno está inserido, sendo, portanto, um instrumento norteador do processo educativo:

Podemos dizer que a prática educacional brasileira opera, na quase totalidade das vezes, como verificação. Por isso tem sido incapaz de retirar do processo de aferição as consequências mais significativas para a melhoria da qualidade e do nível de aprendizagem dos educandos (LUCKESI, 2011, p. 53).

Sobre o assunto, Libâneo (2013) traz que a avaliação é uma tarefa contínua do trabalho docente, isto é, uma sondagem realizada no início, durante e no final do processo educativo. Assim, os instrumentos da avaliação devem ser utilizados para que o desempenho do aluno seja acompanhado em todas as etapas da aprendizagem, levando em conta fatores internos (metodologias pedagógicas, disponibilidade de acesso à informação, etc.) e externos (condições socioeconômicas, estado de vulnerabilidade, transtornos de aprendizagem, etc.).

Desta forma, entende-se que, para que haja a avaliação, é necessário considerar inúmeros aspectos que vão além da quantificação de resultados alcançados em um instrumento de verificação da aprendizagem. Não se trata somente do ato de aplicar provas, dar nota, reprovar ou aprovar, mas exige também um acompanhamento integral e com base nos objetivos educativos propostos,



visando detectar os avanços e as dificuldades dos alunos, possibilitando a retomada primordial de conteúdos e a correção necessária do trabalho no processo de ensino.

É importante ressaltar que a avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar, tanto do professor, como dos alunos (LIBÂNEO, 2013). Isso quer dizer que ela deve auxiliar os alunos a identificarem os seus níveis de qualidade de desempenho escolar e permitir que atuem nesse sentido, bem como o professor a identificar o seu nível de qualidade de ensino, possibilitando a reflexão e a reorientação da sua prática. Assim, os exames não devem ser utilizados meramente para rotular os alunos e nem deve ser tratada com ponto final, mas como ponto de partida para novos rumos que impulsionem os educandos a atingirem os objetivos escolares propostos com efetividade.

De acordo com Libâneo (2013), às tarefas de avaliação no processo de ensino são a verificação, a qualificação e a apreciação qualitativa, sendo que elas possuem três funções centrais: pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle. Assim, a avaliação requer interpretação quantitativa e qualitativa, a fim de promover o diagnóstico das realidades, o aprimoramento e desenvolvimento de habilidades, a verificação através do controle e a qualificação das situações de ensino-aprendizagem, contribuindo para que o processo educativo aconteça de forma mais efetiva.

Entretanto, é possível observar, em muitas salas de aula brasileiras, que a prática de aplicar provas para examinar a aprendizagem do aluno tem notória relevância, reduzindo a avaliação em uma simples classificação quantitativa dos alunos, ou seja, atendendo apenas a função de controle sobre a aprendizagem, quando o seu entendimento correto consiste em considerar a relação mútua entre os aspectos quantitativos e qualitativos (LIBÂNEO, 2013). Corroborando com essa afirmação, Veiga (2012) diz que o ato de avaliar a aprendizagem significa mais do



que conferir ou aferir o índice de respostas corretas dadas pelos alunos em relação a questões previamente definidas pelo professor-examinador.

A ênfase nessa função de verificar o que o aluno aprendeu ocorre por meio dos resultados obtidos em provas, testes e outros, cuja finalidade é aprovar ou reprovar o aluno, de acordo com os parâmetros que o professor estabeleceu. É importante salientar que os exames acadêmicos são sim importantes instrumentos de auxílio ao trabalho do mesmo, uma vez que permite que o docente avalie o nível de conhecimento dos alunos, podendo ser um ponto de partida para elaboração de um plano de ação no que se refere a melhoria do desempenho do aluno. Contudo, eles vêm sendo utilizados como o ponto final do processo avaliativo, para classificar e aprovar ou reprovar o aluno.

Corroborando com essa informação, Perrenoud (1999) argumenta que, na avaliação da aprendizagem, o professor não deve permitir que os resultados das provas, geralmente de caráter classificatório, sejam supervalorizados, em detrimento de suas observações diárias, de caráter diagnóstico. Ou seja, a prova deve estar aliada a outros instrumentos de avaliação, aplicados ao decorrer do processo de ensino, permitindo que ações sejam tomadas para potencializar a educação.

É de suma importância citar ainda que, embora haja o predomínio do ato da aplicação de prova para quantificar a aprendizagem e classificar os alunos, a Lei n.º 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, em seu art. 24, parágrafo único, item V, afirma que a educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo



do período sobre os de eventuais provas finais (BRASIL, 1996).

Assim, observa-se que a legislação educacional no Brasil confirma a necessidade de uma avaliação que considere aspectos qualitativos e os resultados obtidos durante todo o período de ensino, em detrimento de resultados alcançados em provas finais de caráter classificatórios. Contudo, a realidade mostra-se contrária a essa exigência, com os exames assumindo papel central na hora de avaliar o rendimento escolar dos alunos.

Sobre a atuação do educador no contexto de aferição da aprendizagem, Luckesi (2011) defende que os educadores acabam por repetir atitudes vivenciadas em sua história escolar, reproduzindo modos de ser e agir, não se tratando de um desvio ético e de conduta, mas simplesmente uma ação com base no senso comum, adquirido ao longo de sua vivência. Neste sentido, faz-se necessário que os docentes estejam dispostos a repensar práticas pedagógicas, mudando seu modo de agir, suas crenças e conceitos embasados superficialmente em experiências pessoais, que colaboram para manter a utilização da avaliação na forma tão “engessada” como comumente observamos nas salas de aula:

Aprender a avaliar significa aprender os conceitos teóricos sobre avaliação, mas, concomitantemente a isso, aprender a praticar a avaliação, traduzindo-a em atos do cotidiano. Aprender conceitos é fácil, o difícil mesmo é passar da compreensão para a prática (LUCKESI, 2011, p. 30).

A avaliação da aprendizagem escolar deve ser dinâmica e levar em conta os diferentes momentos do processo educativo, utilizada “como processo de investigação permanente, com todas as atividades sendo discutidas, planejadas, executadas e servir de impulso para novas realizações” (VEIGA, 2012, p. 139). Neste íterim, cabe agora refletir sobre a eficácia da prova da forma como é utilizada, a fim de propor mudanças significativas no processo de avaliação.



2.3 A PROVA COMO INSTRUMENTO EFICAZ PARA A AVALIAÇÃO ESCOLAR

Conforme salientado, a avaliação escolar comumente tem sido reduzida à função de controle por meio da aplicação de provas, de forma a ser o único ou o principal meio para diagnosticar a aprendizagem do educando. Embora seja um instrumento importante e necessário no processo avaliativo, muito se discute sobre a sua efetividade enquanto elemento central da avaliação escolar. De acordo com Libâneo (2013), esse modelo de avaliação classificatória por meio de exames, utilizada a muitas décadas na educação, mostra-se defasado e não atende aos objetivos de aprendizagem, uma vez que ele não oferece possibilidades de melhoria da atividade docente, nem considera a realidade e especificidades de cada aluno.

Neste contexto, entende-se que a prova como elemento único de avaliação é ineficaz, devendo ser usada como um meio complementar, um aliado no conjunto com outras formas de avaliar a aprendizagem, pois é evidente que mesmo sendo tão importante no processo de verificação, é limitada e não é capaz de passar para o professor a realidade do aluno em sua totalidade. A prova, sem a integração com outros instrumentos de coleta de dados, é arbitrária e exclusiva:

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar (LIBÂNEO, 2013, p. 216).

De acordo com Depresbiteris e Tavares (2009), é necessária uma diversificação dos instrumentos de avaliação escolar, a fim de realizar, além da verificação do nível de conhecimento dos alunos, um diagnóstico e investigação em relação à aprendizagem dos educandos, no decorrer de seu andamento. Os autores argumentam que é preciso que o professor considere, em sua prática avaliativa,



um conjunto de ferramentas que podem propiciar um maior e mais variado número de informações a respeito do caminho percorrido pelo educando na aprendizagem, sendo que nenhum instrumento de avaliação é completo em si mesmo.

Ainda, Rampazzo (2011) diz que grande parte dos professores trazem a cultura da prova em sua bagagem, uma vez que, em sua vida acadêmica, repetiu inúmeras vezes o ritual da prova e do exame, seguindo uma tendência de reproduzir o que vivenciou. A autora também comenta que a prova promove uma sensação de justiça ao professor, uma vez que utiliza o mesmo instrumento para avaliar os alunos. Entretanto, trata-se de um sentimento falso, uma vez que os próprios alunos não são iguais, apresentando capacidades e condições específicas, fazendo com que a prova não atinja o objetivo esperado.

Portanto, pode-se dizer que a utilização da prova como elemento único e final de avaliação representa uma forma de reproduzir desigualdades no contexto escolar, uma vez que ela não leva em consideração todas as questões que envolvem o processo de ensino-aprendizagem. Cabe retomar aqui a ideia de que se trata de uma ferramenta essencial de avaliação escolar, contudo, ela precisa ser trabalhada e construída de maneira a atender os objetivos pedagógicos, utilizada em conjunto com outros instrumentos de avaliação (RAMPAZZO, 2011).

Outro ponto a ser comentado também é a tendência de utilizar a prova como um instrumento de ameaça e medo, no objetivo de incentivar o aluno a dar maior relevância aos estudos. A prática de utilizar a prova como para tentar disciplinar os alunos favorece um clima de tensão, de cobrança excessiva e de pressão psicológica. Esses fatores podem contribuir para o aumento de casos de ansiedade, desânimo, sentimentos constantes de frustração, dentre outros, por parte dos alunos, afetando o seu rendimento e tendo um efeito inverso ao pretendido.



Corroborando com essa questão, Hoffmann (1993) diz que a avaliação unicamente realizada por meio de provas se mostra uma prática com tendência disciplinadora, punitiva e discriminatória, como decorrência, essencialmente, da ação corretiva do professor e dos enunciados que emite a partir dessa correção. Para Luckesi (2011), o processo de aferição da aprendizagem por meio unicamente de provas tem servido para desenvolver o ciclo de medo nas crianças e jovens, pela constante ameaça da reprovação.

Diante da realização de uma prova, é comum observar uma tensão entre os alunos. Embora seja compreensível um determinado nível de ansiedade e preocupação por parte de muitos alunos ao se depararem com uma situação desafiadora, é preciso refletir sobre os motivos que levam a essa situação e a responsabilidade do professor nesse contexto. Em muitos casos, essa tensão é elevada pelo próprio professor, geralmente, buscando maior esforço dos alunos para se preparar para o texto, mas que, por outro lado, pode levar a muitas consequências negativas que não se ligam com os objetivos de aprendizagem.

Isso significa que, não apenas como a prova é utilizada no processo avaliativo, mas também como o professor lida com a sua utilização na prática docente, traz benefícios a curto, médio e longo prazo para o processo de ensino-aprendizagem. Enquanto educadores, é necessário ter clareza nos objetivos da avaliação com os alunos e conduzi-los de forma “leve” nesse processo.

De acordo com Santana (2014), o processo de avaliação precisa levar os alunos a entender que os instrumentos utilizados para os avaliar são aliados, e não inimigos, e podem beneficiá-los, no sentido de os mesmos terem a oportunidade de se autoavaliarem, além de contribuir com as ações do professor, ajudando-os a construir uma aprendizagem significativa e de qualidade.

Assim, parte-se para uma visão construtivista da avaliação, que, além de função classificatória, também deve ter uma visão globalizadora do aluno, incentivando o



desenvolvimento de competências, não somente por meio de notas de provas ou médias finais, mas na construção diária dos educandos como um todo, sendo assim, contínua, cumulativa e diagnóstica:

A avaliação, na abordagem construtivista, difere da avaliação, que consiste na identificação de acertos e erros expressos em um sistema de notação e em uma visão linear e dicotômica de aprovar ou reprovar. A característica básica desse tipo de avaliação é ser contínua, acompanhando todo o processo de intervenção (DEPRESBITERIS; TAVARES, 2009, p. 31).

A prova, portanto, deve ser utilizada como um instrumento de verificação auxiliar que faz parte de um sistema integrado para a avaliação da aprendizagem, a fim de promover maior igualdade entre os alunos por meio do acompanhamento da aprendizagem dos discentes e da revisão da metodologia e didática do professor:

A avaliação só encontra sentido no processo amplo da educação quando é pensada, planejada e executada tendo como objetivo auxiliar essas pessoas, sejam elas professoras e/ou alunos, a aprender mais e melhor, a reorientar seus caminhos, suas formas de estudar e de lidar com os conhecimentos, esclarecendo e apresentando as fragilidades e potencialidades de cada um em relação a determinado tipo de conhecimento (VEIGA, 2012, p. 147).

Sobre a utilização eficaz da prova como elemento de avaliação, Rampazzo (2011) ressalta que o professor deve se atentar ao tipo de prova a ser aplicada (objetivo, discursiva, oral, etc.), considerando alguns aspectos, como o conteúdo e o tipo de retorno que espera com a sua aplicação e como será o *feedback* aos alunos. Ela também pode ser aplicada em diferentes momentos do processo de ensino, como, por exemplo, no início, para avaliar o conhecimento inicial dos discentes, durante, para entender com está sendo o nível de compreensão dos alunos em relação à instrução dos docentes, e no final, para avaliar se todo o conteúdo foi assimilado.

A autora discorre ainda que, embora trate-se de um instrumento de suma importância, é vital que o processo avaliativo conte com outras ferramentas, a



exemplo da observação dos alunos em relação ao seu engajamento com as aulas, relatórios, produção acadêmica individual/em grupo, entre outras atividades que avaliem os diversos parâmetros que forma o conhecimento. Assim, é possível montar um sistema de classificação do rendimento escolar mais completo e que seja mais fidedigno com a realidade, além de fornecer informações importantes para o professor sobre a sua atuação docente e como pode melhorá-la (RAMPAZZO, 2011).

Desta maneira, é possível dizer que o processo avaliativo, para ser bem realizado, envolve uma série de fatores que vão além da simples mensuração do rendimento do aluno por meio de uma prova, que, mesmo sendo importante, quando utilizado de maneira isolada, não atinge aos objetivos de avaliação escolar, devendo ser planejado e construído de acordo com um plano que englobe outras ferramentas, permitindo aferir aspectos qualitativos e quantitativos da aprendizagem.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação nas escolas ainda perpetua a utilização de provas como ferramenta central para avaliar o rendimento dos alunos, desconsiderando outros aspectos relevantes no processo de ensino aprendizagem. Sendo assim, respondendo a questão norteadora, entende-se que a avaliação escolar deve cumprir com alguns objetivos, como permitir que o professor adapte a sua prática docente para cobrir dificuldades apresentadas pelos alunos, assim como deve oferecer ao discente uma resposta sobre o seu nível de conhecimento.

Desta maneira, a partir da pesquisa, viu-se que a prova tem um papel importante no processo avaliativo, contudo, não se deve utilizá-la de maneira isolada e apenas como um elemento de classificação para aprovação e reprovação, com o risco de perder-se a oportunidade de potencializar as capacidades dos alunos e, até mesmo, de perpetuar desigualdades. Essa ferramenta deve estar integrada a outras medidas avaliativas, usadas de maneira a diagnosticar o trabalho docente e



permitir a tomada de decisões que tragam benefícios para a prática pedagógica do professor.

Para tanto, se faz necessário desconstruir as práticas tradicionais em torno da avaliação, encarar a prova como uma ferramenta a mais para contribuir na investigação do desenvolvimento dos alunos e não a propagar como ferramenta de manipulação, de estresse, de medo, entre outros. Assim, conclui-se ser preciso uma mudança de paradigma em relação à prova enquanto instrumento avaliativo, deixando uma posição de centralidade na avaliação escolar, a fim de dar espaço para novas formas, mais igualitárias e que propiciem melhorias significativas, de se avaliar o aluno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9.394, de 10 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. Brasília, 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 mai. 2022.

BRASIL. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Brasília, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 10 mai. 2022.

DEPRESBITERIS, Léa; TAVARES, Marialva Rossi. **Diversificar é preciso: instrumentos e técnicas de avaliação de aprendizagem**. São Paulo: SENAC, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 14ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições**. 22 ed. São Paulo: Cortez. 2011.

MALHEIROS, Bruno Garanto; AMARAL, Andréia (org.) **Didática Geral**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.



MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como Planejar? Currículo, Área, Aula.** 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MORETTO, Vasco Pedro. **Planejamento:** planejando a educação para o desenvolvimento de competências. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RAMPAZZO, Sandra Regina. Instrumentos de avaliação: reflexões e possibilidades de uso no processo de ensino e aprendizagem. *In: O Professor PDE e os desafios da escola pública paranaense:* Produção Didático-Pedagógica. Londrina: UEL/PDE, 2011.

SANTANA, Liza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos.** 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord). **Repensando a Didática.** 29 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

Enviado: Agosto, 2022.

Aprovado: Outubro, 2022.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, Pós-graduada em Gestão Escolar pela Faculdade Venda Nova do Imigrante; Pós-graduada em Aperfeiçoamento de Processos Educacionais pelo Instituto Venturo. ORCID: 0000 0003 - 380 – 1787.